

PLANO DE APRENDIZAGEM

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:			
Curso: Bacharelado em Direito			
Disciplina: Direito Constitucional III			Código: DIR03
Professor: Msc. Danilma Melo da Silva		E-mail: danilma.silva@unirios.edu.br	
CH Teórica: 80h	CH Prática:	CH Total: 80h	Créditos: 04
Pré-requisito(s):			
Período: IV		Período Letivo: 2021.1	

2. EMENTA:

Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Organização dos Poderes. Funções essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Tributação e Orçamento.

3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA DISCIPLINA:

- Conhecer e discutir o conteúdo programático a partir do texto constitucional a fim de aprimorar o conhecimento numa perspectiva técnica e humanística, interagindo o Direito Constitucional com os outros ramos do Direito;
- Compreender a organização do Estado brasileiro concernente à centralização e descentralização do poder político-administrativo;
- Identificar as premissas da organização dos Poderes em sua dimensão teórica associando-as à distribuição e funcionamento dos mesmos na conjuntura constitucional pátria;
- Conhecer o funcionamento das funções essenciais à justiça;
- Assimilar os mecanismos de proteção do Estado e das instituições democráticas; - Compreender as premissas iniciais do sistema tributário e orçamentário brasileiro;

4. OBJETIVO GERAL DA APRENDIZAGEM:

- Compreender a organização do Estado Brasileiro, dentro da perspectiva da federação e da estruturação de suas competências e funções.

5. CONTEÚDOS:

5.1 PRIMEIRA ETAPA:

5.1.1 – CONTEÚDOS REMOTOS (30 Horas):

1 A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: 1.1. Formas de Estado. 1.1.1. Estado Unitário. 1.1.2. Estado Federal e federalismo. 1.2. A Federação. 1.2.1. Matriz norte-americana. A experiência dos EUA. 1.2.2. Conceito de Federação. O Estado Federal. 1.2.3. Federação e Confederação. Distinções. 1.3. A federação brasileira: 1.3.1. Matriz e evolução histórica da Federação brasileira. 1.3.2. A Organização Política do Estado brasileiro. 1.4. A repartição de competência. 1.5. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988. 1.5.1. Repartição horizontal de competência. 1.5.2. Repartição vertical de competência. 1.6. Competências. 2. A UNIÃO: 2.1. Posição da União na Federação. 2.2. Competências da União. 3. OS ESTADOS FEDERADOS: 3.1. Posição dos

Estados na Federação. 3.2. Competências. 4. O DISTRITO FEDERAL 4.1. Posição do Distrito Federal na Federação. 4.2. Competências. 5. OS MUNICÍPIOS: 5.1. Posição dos Municípios na Federação. 5.2. Competências. 6. OS TERRITÓRIOS FEDERAIS. 7. A INTERVENÇÃO: 7.1. A Intervenção Federal. 7.1.1. Pressupostos materiais. 7.1.2. Pressupostos formais. 7.2. A Intervenção dos Estados nos Municípios. 7.2.1. Pressupostos materiais. 7.2.2. Pressupostos formais.

5.1.2 – CONTEÚDOS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (10 Horas):

1 A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: 1.1. Formas de Estado. 1.1.1. Estado Unitário. 1.1.2. Estado Federal e federalismo. 1.2. A Federação. 1.2.1. Matriz norte-americana. A experiência dos EUA. 1.2.2. Conceito de Federação. O Estado Federal. 1.2.3. Federação e Confederação. Distinções. 1.3. A federação brasileira: 1.3.1. Matriz e evolução histórica da Federação brasileira. 1.3.2. A Organização Política do Estado brasileiro. 1.4. A repartição de competência. 1.5. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988. 1.5.1. Repartição horizontal de competência. 1.5.2. Repartição vertical de competência. 1.6. Competências. 2. A UNIÃO: 2.1. Posição da União na Federação. 2.2. Competências da União. 3. OS ESTADOS FEDERADOS: 3.1. Posição dos Estados na Federação. 3.2. Competências. 4. O DISTRITO FEDERAL 4.1. Posição do Distrito Federal na Federação. 4.2. Competências. 5. OS MUNICÍPIOS: 5.1. Posição dos Municípios na Federação. 5.2. Competências. 6. OS TERRITÓRIOS FEDERAIS. 7. A INTERVENÇÃO: 7.1. A Intervenção Federal. 7.1.1. Pressupostos materiais. 7.1.2. Pressupostos formais. 7.2. A Intervenção dos Estados nos Municípios. 7.2.1. Pressupostos materiais. 7.2.2. Pressupostos formais.

5.2 SEGUNDA ETAPA:

5.2.1 – CONTEÚDOS REMOTOS (30 Horas):

8. A ORGANIZAÇÃO PODERES: 8.1. Os órgãos do Poder Político e as funções políticas. 8.2. Sistema de controle recíproco entre os órgãos políticos (freios e contrapesos). 9. O PODER LEGISLATIVO: 9.1. Organização. 9.2. Funcionamento. 9.3. Competências. 9.4. Processo Legislativo e procedimentos legislativos. 9.5. Os Congressistas: prerrogativas, impedimentos e perda do mandato. 10. O PODER EXECUTIVO: 10.1. Sistemas de governo. Presidencialismo e Parlamentarismo. 10.2. O Presidente da República. O Vice-Presidente. Substituição, Sucessão e Atribuições. Crime de Responsabilidade 10.3. Os Ministros de Estado. 10.4. Conselhos da República e de Defesa Nacional. 11. O PODER JUDICIÁRIO: 11.1. Órgãos e estrutura. 11.2. Estatuto da Magistratura. 11.3. Garantias e vedações funcionais. 11.4. O Supremo Tribunal Federal. Composição, investidura e competências. 11.5. O Superior Tribunal de Justiça. Composição, investidura e competências. 11.6. Os órgãos da Justiça Federal. Composição, investidura e competências. 11.7. Os órgãos da Justiça Eleitoral. Composição, investidura e competências. 11.8. Os órgãos da Justiça do Trabalho. Composição, investidura e competências. 11.9. Os órgãos da Justiça Militar. Composição, investidura e competências. 11.10. Os órgãos da Justiça Estadual. 12. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: Ministério Público; Advocacia Pública e Privada. Defensoria Pública. 13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. 14 TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.

5.2.2 – CONTEÚDOS NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (10 Horas):

8. A ORGANIZAÇÃO PODERES: 8.1. Os órgãos do Poder Político e as funções políticas. 8.2. Sistema de controle recíproco entre os órgãos políticos (freios e contrapesos). 9. O PODER LEGISLATIVO: 9.1. Organização. 9.2. Funcionamento. 9.3. Competências. 9.4. Processo Legislativo e procedimentos legislativos. 9.5. Os Congressistas: prerrogativas, impedimentos e perda do mandato. 10. O PODER EXECUTIVO: 10.1. Sistemas de governo. Presidencialismo e Parlamentarismo. 10.2. O Presidente da República. O Vice-Presidente. Substituição, Sucessão e Atribuições. Crime de Responsabilidade 10.3. Os Ministros de Estado. 10.4. Conselhos da República e de Defesa Nacional. 11. O PODER JUDICIÁRIO: 11.1. Órgãos e estrutura. 11.2. Estatuto da Magistratura. 11.3. Garantias e vedações funcionais. 11.4. O Supremo Tribunal Federal. Composição, investidura e competências. 11.5. O Superior Tribunal de Justiça. Composição, investidura e competências. 11.6.

Os órgãos da Justiça Federal. Composição, investidura e competências. 11.7. Os órgãos da Justiça Eleitoral. Composição, investidura e competências. 11.8. Os órgãos da Justiça do Trabalho. Composição, investidura e competências. 11.9. Os órgãos da Justiça Militar. Composição, investidura e competências. 11.10. Os órgãos da Justiça Estadual. 12. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: Ministério Público; Advocacia Pública e Privada. Defensoria Pública. 13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS. 14 TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.

6. METODOLOGIA DO TRABALHO:

A disciplina utilizar-se-á de diversas mídias, tendo a prática como fio condutor do processo de aprendizagem a partir da pesquisa como princípio educativo. A disciplina terá conteúdos e atividades disponibilizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-SAGAH), visando à sinergia entre as estratégias de inovação no uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e os objetivos da disciplina, com vistas a promover aprendizagem significativa e colaborativa.

A aprendizagem dos conteúdos é baseada em metodologias que inserem o aluno em situações do seu cotidiano como profissional. A **aprendizagem baseada em projetos**, a **aprendizagem por equipes** e a **instrução por pares** (peer instruction) por serem comprovadamente as formas mais eficazes de desenvolvimento de competências.

Será adotado o modelo de **sala de aula invertida**, de acordo com o próprio ritmo do ambiente virtual e adaptação do acadêmico as metodologias e conteúdo, com resolução de problemas e execução de projetos.

O conhecimento prima pela **aprendizagem adaptativa**, com o conteúdo trabalhado em uma plataforma de aprendizagem que permite a inserção de novos elementos de aprendizagem, e considerando os cenários de evolução individuais e coletivos. A solução personalizada otimiza o tempo de estudo do acadêmico e eleva seus índices de aprendizagem.

Partindo do princípio da utilização da sala de aula invertida, auto estudo e resolução de problemas, a metodologia poderá ser utilizada tanto no PRESENCIAL CONECTADO quanto no PRESENCIAL, podendo ainda ser aplicada na modelagem híbrida, em que é considerada a mesclagem entre os dois modelos.

7. RECURSOS DE ENSINO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Plataforma virtual | <input type="checkbox"/> Sala Configuração Flexível | <input type="checkbox"/> Laboratório (s) – agendar |
| <input type="checkbox"/> Prática em Campo | <input type="checkbox"/> Kit multimídia | <input type="checkbox"/> Outros (informar) |

8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

1ª ETAPA:

Avaliação Institucional com questões objetivas e subjetivas valendo até 10,0 (dez) pontos (Modelo ENADE e OAB);

Avaliação da Aprendizagem Baseada nas Tecnologias valendo até 10,0 (dez) pontos.

2ª ETAPA:

Avaliação Institucional com questões objetivas e subjetivas valendo até 10,0 (dez) pontos (Modelo ENADE e OAB);

Avaliação da Aprendizagem Baseada nas Tecnologias valendo até 10,0 (dez) pontos.

2ª CHAMADA: Todo o conteúdo da disciplina, individual; valor: 10,0 (dez)

PROVA FINAL: Todo o conteúdo da disciplina, individual; valor: 10,0 (dez)

9. ATENDIMENTO EXTRA-CLASSE:

Atendimento disponibilizado pelo e-mail institucional: danilma.silva@unirios.edu.br.

10. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Constitucional. Salvador, Juspodium, 2012.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: atlas, 2005.

11. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ATALIBA, Geraldo. República e constituição. São Paulo: Malheiros, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2004.

CRETELLA JÚNIOR, José. Comentários à constituição brasileira de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 1998. 9vls.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2005.

LASSALLE, Ferdinand. A essência da constituição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.

12. LEITURA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Marcelo Labanca. Normas gerais no federalismo brasileiro: Explicando e contextualizando o papel da União na repartição de competências legislativas concorrentes. In. COPETTI NETO, Alfredo; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauco Salomão (Coord.) Dilemas na Constituição. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. Os Artigos Federalistas (1787-1788): Edição integral. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Gustavo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2017.

MÜLLER, Friedrich. Quem é o Povo? São Paulo: Max Limonad, 2013.

RABAT, Márcio Nuno. A federação: centralização e descentralização do poder político no Brasil. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2002.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Para quaisquer informações que não estejam inseridas neste plano, por gentileza escrever para o e-mail institucional acima mencionado.